Capítulo 3

Paisagem como dimensão da existência

Reginaldo José de Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

Paisagem como dimensão da existência. In: SOUZA, R.J. *Paisagem e Socionatureza: olhares geográfico-filosóficos* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 72-100. ISBN: 978-85-64905-98-6. <https://doi.org/10.7476/9788564905986.0005>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 3

PAISAGEM COMO DIMENSÃO DA EXISTÊNCIA

3.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Nesta passagem do livro, o objetivo é debater a paisagem como dimensão da existência. A Filosofia da Paisagem trata de um reencontro com a natureza através desta categoria, que é fundamental para pensar a sociedade contemporânea e o modo como estamos distantes de uma verdadeira cultura paisagística. O Brasil é um país de quase nenhuma cultura paisagística e há bons exemplos disso na esteira da apropriação econômica dos territórios – e seus recursos – contra suas paisagens.

A lógica do debate sobre a paisagem, como dimensão da existência, segue o caminho demarcado, em primeiro lugar, pela reflexão sobre a caracterização da paisagem: ela realmente é tudo aquilo que a vista alcança?

Posteriormente, o debate segue para o entendimento de como a paisagem surge com a perda do sentimento de unidade homem-natureza e a fragmentação do homem com o advento da modernidade.

Em seguida, também se discutem alguns elementos relevantes para pensar a constituição formal da paisagem, a partir de uma preocupação estética: a exterioridade, a abertura, o limite e a ligação metafísica entre Terra e Céu, nesse caso, toda a reflexão está respaldada na relação paisagem-estética do filósofo italiano Rosario Assunto.

Também formulo uma chave interpretativa dos requisitos paisagísticos de exterioridade, abertura, limite, vivência e conhecimento através dos filtros do espaço, da natureza e do tempo. A intenção é tornar didático um pensamento sobre a paisagem que, em algum momento, pode parecer qualquer coisa complicada.

No final, por julgar necessário retornar à discussão sobre a natureza e o homem, tendo em vista que sempre se fala da relação entre ambos, penso que seja importante frisar que a relação do homem com a natureza nem sempre remete a uma ligação: nós nos relacionamos com muitas coisas sem que, necessariamente, criemos algum tipo de vínculo ou ligação com elas. A paisagem pode ser o elo imprescindível do homem com a natureza, a fim de que nele suscite a reflexão sobre o sentido de sua própria existência.

Assim, introduz-se um debate sobre a questão do direito à paisagem como tema de urgência no ensino de Geografia, em um contexto em que as pessoas devem ser educadas para compreender o significado da paisagem enquanto instrumento da formação política para a melhoria dos lugares e territórios nos quais se manifestam a degradação ambiental e o mau uso dos recursos da natureza. Esse debate levanta a crítica à propaganda da sustentabilidade como forma de salvar o planeta ou a natureza e faz compreender que a natureza dispensa heróis e a sociedade é que demanda projetos sérios para garantir a beleza, o bem e o prazer na vida de todos, sem qualquer distinção de classes.

3.2 PAISAGEM: DIMENSÃO DA EXISTÊNCIA

Mais do que um simples verbete no dicionário, a paisagem é uma dimensão da existência. Seu estatuto espaço-temporal e estético faz pensar no reencontro do homem com a vida natural e com a razão. A paisagem é mais do que um mero olhar sobre os territórios e qualquer tentativa de defini-la tão somente como um objeto no espaço pode conduzir ao engano.

Sem sombra de dúvidas, a paisagem é um conceito espacial em sua base de significação. A sua constituição, porém, não se dá apenas do ponto de vista espacial e sua apreensão não é exclusivamente dependente da visualidade, ou seja, a paisagem como tudo aquilo que o olhar alcança.

A paisagem não pode ser considerada somente como a extensão do olhar sobre os territórios porque isso leva a duas situações problemáticas. Tudo o que a visão alcança, neste contexto de interpretação da paisagem, pode ser muita coisa ou quase nada. Primeiramente, quanto à indefinição do tudo: nesse caso, nossos olhos podem ver muitas coisas, desde pequenas distâncias até as maiores e, igualmente, com relação às características dos objetos, desde os ínfimos aos mais suntuosos.

Através da moldura de uma janela é possível observar o movimento da rua, as árvores no passeio, pessoas que vêm e vão, automóveis, prédios, pontes, estradas. No campo, o olhar acompanha a extensão dos prados, a movimentação do relevo, a vegetação próxima e distante, suas formas, sua coloração, frutos, flores, folhas e simples sementes espalhadas na terra. A indefinição do tudo permite imaginar tudo quanto for possível de enxergar próxima ou mais longinquamente.

Uma semente, uma folha, uma flor, um caule, raízes, o campo coberto por espécies diferentes, insetos, aves ou quaisquer outros animais, nada disso isoladamente é paisagem, embora nossa vista seja capaz de tudo isso tomar nota. Um prédio, uma praça, uma rua, o alinhamento das árvores no passeio público, crianças a correr pelos parques, nada disso também define o que seja a paisagem, embora seja possível contemplar todos os elementos da cena através de um simples bisbilhotar à janela.

O problema de denominar a paisagem como tudo aquilo que a vista alcança é duplo por isto: podemos ver em detalhes muitas coisas e também não podemos capturar os detalhes de outras tantas. Nesse momento é que o tudo vira quase nada. A questão principal, entretanto, não chega a ser a quantidade de elementos que se pode elencar através da visada.

O principal problema ao entendimento da paisagem é aquilo que ela não aparenta ser, mas ao ser, sem que nos apercebamos imediatamente disso, torna-se um amálgama de relações entre tempo, espaço e natureza, que é a chave interpretativa para os sentidos da existência e, por conseguinte, para a elaboração de uma visão de mundo que nos faça melhores do que os nossos erros e suplante o pessimismo de uma vida sem sentido, porque é passageira em um mundo passageiro, em um espaço imensurável, tragada por uma coisa poderosa, que ninguém sabe por que começa e termina, um titã chamado tempo, assim como na pintura de Goya, em que Saturno come o próprio filho.

As reflexões aqui construídas têm como ponto de partida a Filosofia da Paisagem e ligações com as abordagens geográficas. Questões de um professor de Geografia que, com espírito aberto, atravessou o Atlântico em busca de convergências entre duas áreas complementares do conhecimento: não há pensamento sem espaço e não há espaço sem pensamento. Esse é o vínculo forte entre Geografia e Filosofia.

Em trabalhos geográficos que versam diretamente a respeito da paisagem não é difícil encontrar, em seus referenciais teóricos, as abordagens históricas sobre a concepção do conceito. De modo geral, esses trabalhos começam a tratar da existência da paisagem desde a pintura renascentista, portanto, desde o fundamento artístico antes da conceituação científica.

Não há nenhum tipo de equívoco quando se resgata a paisagem a partir da arte porque esta é o lugar do ímpeto humano onde se pretende criar e onde se criam conexões entre a realidade e as suas imagens ou representações. Contudo, é raro perceber uma clara reflexão a respeito do motivo central que justifica o aparecimento da paisagem a partir da pintura renascentista na Europa. A Filosofia fala-nos do surgimento da paisagem em função da fragmentação do homem e sua separação da natureza, já como uma busca por unidade no mundo concebido de maneira dicotômica.

Ao analisar Filosofia da Paisagem, de Simmel ([1913] 2013), Serrão (2013) afirma:

As épocas antiga e medieval, porque pensavam e celebravam a totalidade natural, desconheciam a noção de paisagem; o homem moderno, pelo contrário, vê já a natureza seccionada em partes e nesse mesmo acto de separação subtrai-se a si mesmo dela como um ser dotado de autonomia. Esta dupla cisão – que representa, para Simmel, a tragédia da cultura moderna, ou seja, a tendência para tomar algo como parte independente aquilo que é de facto elemento integrante de um todo – subjaz à emergência histórica da paisagem na Modernidade e envolve, em última instância, uma compensação anímica pela qual se procura restabelecer num mundo dividido o vínculo à natureza perdida. Seria esta a “lei” da formação da paisagem: um processo que na base de elementos previamente separados recompõe momentaneamente o carácter único e homogéneo de um todo. (p. 39).

O ideal de progresso baseado na visão de mundo urbana, a intensificação da produção de mercadorias acompanhada do seu consumo imediato e rápido, a cultura *fast-food* e o consumo instantâneo do espaço e das paisagens, o turismo dos prospectos a prometer o retorno a uma natureza-refúgio incapaz de trazer a verdadeira paz desejada pelo consumidor, enfim, todos esses são fatores explicativos da falta de sentido da paisagem para a sociedade nos dias de hoje. Por outro lado, também são elementos justificadores do ressurgimento desta categoria para recompor o homem fragmentado e a sua harmonia com a natureza.

O ângulo de visada para a paisagem é sempre aquele capaz de conduzir o olhar à linha do horizonte⁸. Não há paisagem quando se olha diretamente para o céu, tampouco quando se curva a cabeça diretamente

8 Ao tratar da ontologia da superfície, através das chamadas geografias aéreas, Jean-Marc Besse traz uma passagem do cartógrafo Henry Hondius (1639): “Deus colocou-nos na Terra e sob o céu, a fim de que, ora abaixando a face olhássemos a Terra, ora levantando os olhos contemplássemos o céu. Olhando para cima e considerando atentamente as esferas celestes tornamo-nos astrónomos. Abaixando a vista para a Terra, cuidando de medir a sua extensão, somos geógrafos. Por meio dessas duas ciências, o homem torna-se digno habitante do mundo”. Jean-Marc Besse traz essa passagem como uma bonita ilustração dentro de um contexto em que analisa, mais recentemente, como as fotografias aéreas e o avião trouxeram novas possibilidades de compreender a paisagem na Geografia. Não diria que o abaixar a vista para a Terra é que nos faz geógrafos, visto que o ato de observar, mensurar, localizar, representar a distribuição dos elementos da superfície parece-me muito mais o verdadeiro atributo do cartógrafo, como foi o próprio Hondius. Enfim, tenho certa restrição em ver o mapa como representação de paisagem. As fotografias aéreas de visão vertical também não são representações de paisagem, a não ser de seus elementos constitutivos.

para o chão. A paisagem não existe completamente no infinito ou no finito fechado, porque não é possível vê-la na opacidade.

O chão no qual pisamos (finito) e o céu diurno ou noturno (infinitos) são opacos. Sozinhos, os olhos jamais são capazes de ver além da Terra e do Céu sem o auxílio de algum instrumento para cavar ou capturar imagens⁹. Courajoud (2013) afirma ser a paisagem o lugar onde o Céu e a Terra se tocam, e tal afirmação é exemplar por ser tão coerente e correta. A paisagem é uma abertura iniciada pelos olhos e finda na linha do horizonte. E isso, mesmo assim, não a define como tudo o que a visão alcança no território.

3.3 ATRIBUTOS PAISAGÍSTICOS

A visualidade não é o único elemento de definição conceitual da paisagem. Em si, o sentido da visão não permite perceber a presença do infinito no finito. Assunto ([1974], 2013) trata desse tema com a pergunta “o que é paisagem?” e constrói a reflexão sobre sua espacialidade, na relação sujeito-predicado, a partir da afirmação: “a paisagem é espaço”.

Sem dúvidas, a paisagem é espacial porque sempre contém espaço e é impossível imaginá-la sem ele: simplesmente não existe. Os elementos de uma paisagem são espaciais, inclusive o próprio tempo. Na paisagem existem distâncias: de um ponto a outro, de um objeto a outro, do observador ao observado, do observado ao observador, do perímetro visual que abarca a Terra e o Céu.

No entanto, quando Assunto ([1974] 2013) inverte a relação paisagem/espaço na relação sujeito-predicado e chega na afirmação “o espaço é paisagem”, então, o filósofo evidencia que tal afirmação não é verdadeira. Isto porque o espaço vai além da própria paisagem.

No interior de qualquer corpo há espaço, vazio ou preenchido. Dentro de um salão, por exemplo, pode-se constatar certamente a presença

9 Não se enxergam as camadas da crosta e o interior profundo da Terra. No caso do espaço cósmico, não vemos, a olho nu, nada mais do que um mísero segmento, embora seja ele mesmo imenso para nós.

do espaço, contudo, que paisagem há entre quatro paredes, piso e teto? Que paisagem poderia haver em qualquer subsolo, em uma caverna ou em um túnel de metrô?

Na representação do interior do planeta, desde a superfície, crosta, às mais profundas camadas de circulação magmática e ao núcleo, sempre muito utilizada nas aulas de geologia/geomorfologia quando se trata da tectônica global, evidentemente se remete ao espaço interior da Terra, mas jamais a uma paisagem interior.

O mesmo também se diz do céu: não se olha para ele, durante o dia ou noite, em quaisquer condições meteorológicas, para afirmar ter ali uma paisagem. Mas não é negado o fato de haver ali o espaço, no mínimo, estético e, no máximo, cósmico.

Interroguemo-nos então, uma vez aceite que a *paisagem é espaço*, se esta definição diz tudo sobre a paisagem, sem deixar nada de fora, e igualmente se diz *tudo* sobre o espaço, no caso em que a transformamos nesta outra: *o espaço é paisagem* – esta possibilidade de inverter a relação entre os dois termos e colocar o predicado no lugar do sujeito como a condição necessária para um juízo de identidade recíproca em que de dois conceitos se assevera que um coincide perfeitamente com o outro”. (ASSUNTO, [1974] 2013, p. 343).

A especulação resulta no fato de que a paisagem não coincide completamente com o espaço. Isto não significa que ela seja menos importante, porque não se trata de um juízo de valor ou de uma questão de escala: por exemplo, o espaço interior de um salão é menor do que a paisagem... E, também, não se trata de uma reflexão a partir do viés artístico (pictórico): por exemplo, o espaço interior de um salão é maior do que uma paisagem representada em um quadro pendurado na parede. Pelo contrário, ambos os conceitos são chaves importantes para interpretação (interpenetração) de um e (no) outro.

O interessante é saber quando o espaço se torna paisagem, ou seja, uma coisa para além dele mesmo: “a paisagem é o espaço que se constitui

em objeto e experiência estética, e tema de juízo estético” (ASSUNTO, [1974], 2013, P. 341, destaque meu).

Através de Rosario Assunto percebe-se esta definição como crucial, notadamente na elaboração da crítica aos supostos projetos desenvolvimentistas responsáveis pela destruição da paisagem. O autor aponta um problema de grande relevância: no plano teórico, a paisagem é entendida como espaço geométrico, fruto de uma identificação sem resíduos entre ambos conceitos. No plano operativo, a paisagem é simplificada pelos projetos econômicos.

Historicamente, a identificação, sem resíduos, do conceito de paisagem com o conceito de espaço – isto é, a promoção do que dissemos ser o nosso ponto de partida, *a paisagem é espaço*, a ponto de chegada, ou mesmo epílogo da própria história da paisagem – aconteceu nas últimas décadas, e todos somos testemunhas; e trata-se de um acontecimento que não é apenas teórico, já que também no plano operativo (para não falar da pintura, na qual a *representação da paisagem* foi substituída pela apresentação do espaço...) a paisagem, cada paisagem, como todos sabemos, foi tratada como puro e simples espaço.

No fim de contas, o facto de que aos engenheiros projectistas de auto-estradas, e aos seus patronos, a planície do Pó não tenha parecido *suave* (‘a suave planície – que declina de Vercelli a Marcabò’) mas simplesmente lisa, como o pano de uma mesa de bilhar ao jogador de carambola, atesta uma cultura para a qual a paisagem, ao contrário da cultura de Dante Alighieri e dos seus leitores (hoje cada vez menos numerosos), é espaço e apenas espaço: e como tal autoriza que se tracem, com régua e tira-linhas, os traçados mais breves entre o ponto A (Turim) e o ponto B (Milão) [...]. (ASSUNTO, [1974] 2013, p. 341-42).

Os resíduos de que fala o autor não são meros detalhes para o entendimento da relação/diferenciação paisagem-espaço. Não se trata de quaisquer coisas supérfluas, pois permitem alcançar o estatuto da paisagem como janela para o infinito ou como a presença do infinito no limitado.

Rosario Assunto parte de duas negações estruturais:

- I. A paisagem não é um espaço fechado;
- II. A paisagem não é espaço ilimitado.

Na sua condição de espaço aberto, porém limitado, a presença do Céu é uma condição para sua existência, assim como a extensão da Terra. Desse modo, não haveria paisagem na ausência de um, ou de ambos (Céu e Terra), visto que isso representa o impossível para a paisagem ou somente a existência do espaço em si.

Como já mencionado, a paisagem é, segundo Michel Courajoud, o lugar onde o Céu e a Terra se tocam e isso traz em si a complexidade de um enlace entre horizontalidade/ verticalidade e finitude/infinidade, bastante didático para o entendimento das proposições de Rosario Assunto acerca da observação paisagística.

Se for possível dizer que a paisagem é o contato estético com o espaço (e o tempo), conseqüentemente ela também é o contato estético com a natureza, ou seja, a natureza a fazer sentido para o pensamento porque pode ser apreendida através de um juízo estético.

Leonel Ribeiro dos Santos, em conferência ministrada no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa¹⁰, lembrou que, para Immanuel Kant, a genuína experiência estética é aquela com a natureza. A natureza também tem a pura representação do caos, da desordem, ao contrário do que o discurso ambientalista difunde (o reino da ordem desfeito pelo homem).

A história natural é feita de espontaneidades (se há alguma intencionalidade, nós ainda desconhecemos) e destruições. Assim, para que o homem possa ver algum sentido na desordem, projeta a lógica da arte na natureza. Mas a beleza natural é apenas um breve momento da história caótica da natureza.

10 “A Natureza como Arte, a Arte como Natureza: o problema da Crítica do Juízo”. A conferência do Professor Doutor Leonel Ribeiro dos Santos inseriu-se no âmbito do Seminário de Doutorado “Filosofia da Paisagem”, orientado pela Professora Doutora Adriana Veríssimo Serrão, e nas atividades da Linha de Investigação em “Filosofia e Arquitectura da Paisagem” do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, foi proferida no dia 20 de junho de 2017 nesta universidade.

Através deste raciocínio, a paisagem seria a maneira de acabar com a falta de sentido da natureza e da nulidade da terra. Alain Roger (2013 [1997]), em “Natureza e cultura: a dupla artialização”, trata desta questão de modo exemplar. O filósofo lembra que a terra é o grau zero da paisagem; trata-se de um elemento fundamental para sua existência; no entanto, em si, não é capaz de dar-lhe sentido.

A terra é, de certo modo, o grau zero da paisagem, aquilo que precede a sua artialização, seja ela directa (*in situ*) ou indirecta (*in visu*). Eis o que nos ensina a história, mas as nossas paisagens tornaram-se tão familiares, tão “naturais”, que nos acostumámos a acreditar que a sua beleza era evidente; e é aos artistas que compete recordar-nos esta verdade primeira, mas esquecida: que uma terra não é, imediatamente, uma paisagem, e que há, de uma à outra, toda elaboração da arte. (ROGER, 2013 [1997], p. 158).

O autor traz em seu discurso a defesa da elaboração artística na constituição da paisagem: para ele seria impossível existir paisagem caso não houvesse o trabalho de (re)composição, via subjetividade, dos seus elementos constituintes, pois, visualizados de maneira isolada e não artializada, jamais seriam notados enquanto conjunto com algum valor estético/paisagístico.

A partir da reflexão artística, Roger fala da diferença entre a nudez (banal) e o nu (artístico). Qual é a condição para que a nudez saia da vulgaridade e aceda ao estatuto do incomum, do belo?

Isto se daria por meio do trabalho de reelaboração da nudez, através da subjetividade de um artista: um pintor, um fotógrafo, um cineasta. A ideia é de transpor um código para o corpo, uma mensagem a ser transferida para algum espectador, ou seja, inserir a linguagem capaz de fazer com que o corpo, em sua naturalidade, torne-se algo *artializado* e não necessariamente *artificial*.

“O mesmo acontece com a nossa maquilhagem, que já Baudelaire sublinhava que ‘aproxima imediatamente o ser humano da estátua’, revestimento sobre natureza, sobrenatural” (ROGER, 2013 [1997], p. 157). À dualidade

Nudez/Nu o filósofo associa a dualidade Terra/Paisagem com o intuito de ressaltar a paisagem enquanto processo ou produto de construção artística.

Assim, poder-se-ia dizer que a natureza sem paisagem seria anestésica. Por que anestésica? Porque não seria passível de um juízo da beleza ou da ausência dela e, portanto, não se poderia categorizá-la. Nesse sentido, a impossibilidade de julgar esteticamente traria consigo a impossibilidade de pensar. De acordo com esse raciocínio, a natureza só existiria porque o intelecto *de natureza a chamaria*. Então, pressupõe-se que seja a consciência humana o seu elemento de definição... e de definição da paisagem. Contudo, é preciso certa cautela.

A paisagem não é sempre percebida ou dimensionada na própria consciência. Por exemplo, um camponês, que retira da terra o essencial para sua sobrevivência, pode valorizar muito mais a fertilidade do solo do que um gozo estético paisagístico.

O modo de (não) ver a paisagem é moldado pelo contexto social de cada um. Daí, talvez, emerge o grande impasse paisagístico da contemporaneidade: para a economia, a natureza é anestésica (porque a natureza enquanto matéria-prima não é arte) e o que tem importância são os recursos para geração de mercadorias.

3.4 PAISAGEM É NATUREZA, MAS NATUREZA NÃO É PAISAGEM

O olhar paisagístico é aquele que dá ânimo ao lugar. Existem paisagens capazes de tirar o espírito dos lugares de qualquer estado de catatonia. Isso acontece porque há a conjugação de diversos fatores envolvidos no contato e na entrega entre observador e paisagem observada. Experimenta-se algo como deleite¹¹ quando se atravessa por áreas dominadas pela natureza

11 Joachim Ritter trata do deleite a partir da concepção de Humboldt de natureza livre, ou seja, liberta da utilização. O deleite seria meio de contemplação do mundo que permite olhar para a natureza sem necessariamente buscar o entendimento das suas forças (RITTER, 2013 [1963], p. 108).

crua. O turismo explora essa potência de certos lugares para compor suas mercadorias, mas sempre de maneira obscurecida pela superficialidade das descrições dos prospectos.

Quando se está cercado de paisagens que demonstram a imposição da natureza, o sentimento do sublime aflora e desconcerta a razão: surge o medo, o desconforto, a admiração ou o respeito amedrontado. A natureza pode demonstrar seu poder e força através de diferentes configurações geomorfológicas, climáticas ou hídricas. Por exemplo, imaginar a solidão dentro de um bote em alto mar, calmo ou revolto, é sempre angustiante. Da mesma forma, aparece a sensação de desprazer com a imaginação de estar perdido no deserto ou isolado no cume da montanha.

A Filosofia da Paisagem é como Filosofia da Natureza. Encontra-se na natureza a dimensão concreta do existir, porque, de fato, ela é a matéria de que todos somos feitos. O pensamento cria a consciência da existência a partir da materialidade da natureza, que se torna paisagem através da percepção. Com isso não pretendo dizer que a paisagem seja somente dependente da subjetividade, pois é necessário o chão onde se pisa e o horizonte composto pelos objetos dispostos ao olhar, além do contato com o céu, ou seja, a abertura para o infinito no espaço limitado.

Deserto do Saara na região de Merzouga, Marrocos. Um fim de tarde em torno de 40 graus de temperatura que, em meio à planície seca, representava alcançar calor superior no contato com a pele. No horizonte, as dunas mostravam o disforme aberto para não se sabe qual direção. O deserto é genioso, tem sublimidade, acalenta não apenas o corpo, a respiração e o sangue, mas também o espírito entra em ebulição. O domínio da paisagem é dado pela natureza árida, impositiva. Não há desígnio humano que seja capaz de mudar a condição pré-estabelecida. Não há artifício para trazer conforto. A terra seca é o nível zero de uma paisagem artializada pelo espírito de quem teme não resistir, física e emocionalmente, à sua nudez. Foto do autor. Junho de 2017.

Para ver a paisagem é preciso, contudo, certa inspiração e movimento da razão, a fim de que os objetos não sejam tomados por si mesmos e apenas através da lógica utilitarista. Se a paisagem surgiu como uma categoria de relação do homem com a natureza e para recompor a unidade do homem, então, há de aceitar-se um pressuposto: todas as pessoas têm o direito à paisagem.

Convém levantar a seguinte questão: a paisagem é natureza? Ritter (2013 [1963]) acentua que a natureza enquanto paisagem é fruto do

espírito teórico; ou que há uma estreita conexão entre paisagem e teoria filosófica da natureza; ou trata de um princípio constitutivo da história da natureza enquanto paisagem e, também, no âmbito filosófico, da entrega do espírito à natureza enquanto paisagem.

Considero pertinente levantar tal questão porque sempre via a associação entre paisagem e natureza como um problema de compreensão: nunca lidei bem com a expressão “paisagem natural”, como se o *natural* fosse prerrogativa para não haver paisagem e, por sua vez, a paisagem fosse prerrogativa para não haver mais o *natural nela*. Agora, talvez eu escreva qualquer coisa como confissão de pecado, mas quero que o leitor compreenda os fundamentos disso. Na verdade, a minha grande preocupação estava voltada aos discursos que sinonimizavam paisagem à natureza.

Durante toda minha formação acadêmica fui influenciado pela leitura do trabalho de Georges Bertrand. Desde o artigo de 1968, “Paisagem e Geografia Física Global”, até a tríade Geossistema-Território-Paisagem (GTP), minhas interpretações me levaram a pensar que a paisagem não poderia ser sinônimo de natureza porque se tratava de uma elaboração cultural-artificializada, no sentido de representar os modelos de constituição territorial das sociedades, através da apropriação dos recursos naturais.

De acordo com aquele geógrafo, o geossistema é um conceito de entrada naturalista para compreender as dinâmicas de interação entre os vários conjuntos da natureza no âmbito do potencial ecológico, da exploração biológica e dos impactos da ação antrópica. O território é um conceito de viés socioeconômico que permite adentrar na transformação da *natureza-fonte* em *natureza-recurso*, de acordo com os interesses da sociedade. A paisagem, entrada cultural, é interpretada como aprovisionamento simbólico.

Assim, minhas interpretações sempre se voltaram para a elaboração da paisagem distante da natureza e já muito próxima do *artifício*, embora ele não exista sem o seu contrário, que é o *natural*. Somente agora, porém, eu tenho esse entendimento de que o contrário do artifício é pressuposto para sua existência.

Durante as leituras e debates acerca da Filosofia da Paisagem, claramente percebi que não há riscos com a aproximação entre paisagem e natureza e que, do ponto de vista da discussão estética, a paisagem é a expressão estética da natureza capturada pela contemplação.

Ao procurar responder à questão “paisagem é natureza (?)”, também busco solucionar eventuais problemas que atravessam o ensino de Geografia, notadamente quando os livros didáticos ou os professores, ou ambos, apresentam a paisagem somente como quadro natural. É importante salientar que, de fato, esses dois conceitos não são sinônimos.

Assim como nas proposições de Rosario Assunto, quando ele tratou das diferenças entre espaço e paisagem, é possível partir dos mesmos princípios de comparação: a natureza é mais abrangente do que a paisagem, pois compreende desde a microescala das partículas subatômicas ao cosmos. Logo, na microescala das partículas não há paisagem e, também, é impossível falar de uma paisagem da Via Láctea. Contudo, é inegável o fato de que a natureza está em toda parte.

A natureza também está presente naqueles segmentos do espaço e do tempo onde não há paisagem. Rosario Assunto é didático quando se refere ao fato de que, em um interior, um salão por exemplo, há espaço sem haver paisagem. A mesma ideia aplica-se para a natureza: dentro de uma casa há natureza, contudo, não há paisagem. Há natureza no corpo humano, mas não há paisagem.

As *bodyscapes*, de Carl Warner, são exemplos do que pretende aproximar-se de certa ideia de paisagem a partir do corpo humano. Porém, por seu efeito visual, são apenas boas representações em seu detalhamento e ângulos inquietantes. Caso alguém dobre o cotovelo diante dos olhos, mesmo em um ambiente externo em contato com o céu, não verá uma paisagem. Agora, dizer que não se vê algo da natureza é impossível.

Dentro de uma floresta densa, a massa de vegetação pode cerrar o visual do céu e o olhar será sempre dirigido para o chão onde se pisa e para o conjunto de troncos, copas, raízes e cipós mais próximos do caminhante.

Muito embora, a certa distância, um segmento da floresta possa compor a paisagem, não há uma no interior dele. No entanto, a vida está ali, atestada pela imponência das espécies, tanto vegetais quanto animais, testemunhos da natureza que flui no tempo e ocupa o espaço.

Parque Estadual Morro do Diabo, Teodoro Sampaio, São Paulo. Das últimas áreas de reserva da floresta semidecidual no interior no estado de São Paulo, o Morro do Diabo é aureolado pela densa zona de mata fechada. Com cerca de 600 metros de altitude, em seu topo é possível ter uma panorâmica onde a vegetação aparece como elemento preponderante na paisagem. Ao adentrar na mata, tanto para subir quanto para descer o morro, a paisagem simplesmente desaparece para dar lugar ao contato direto com a massa florestal, com a terra, o seu declive, os animais. No interior não há paisagem, mas há a natureza pulsante, a natureza que atravessa a própria paisagem. Foto do autor. Abril de 2014.

A presença interior: mesmo infinita, a natureza entra no furo de uma agulha. A presença interior da natureza é impossível para a paisagem. Para ser o macrocosmo, a natureza também é o microcosmo na escala de interações de partículas subatômicas. Ou seja, a natureza se

apresenta em todas as escalas sem quaisquer restrições ou interferências na construção de sua definição.

Logo, a paisagem não tem a mesma amplitude da natureza porque não é possível encontrá-la em todas as escalas de apreensão. Ao mesmo tempo, salienta-se não haver problema em associar a paisagem ao conjunto dos entes naturais, visto tratar-se da emergência estética da natureza, quase nos mesmo moldes como Rosario Assunto falou da paisagem como sendo o espaço a constituir-se em objeto da experiência estética (2013 [1973], p. 341).

A paisagem tem natureza, e a representação de uma paisagem carrega em si uma representação de natureza. Entretanto, se nos perguntarmos se a natureza é paisagem, a resposta para esta questão será negativa. Entre os dois conceitos existem elementos residuais que merecem ser destacados a fim de não adentrar em confusões perigosas. A natureza não é paisagem porque ela compreende a paisagem apenas como uma de suas expressões.

Para ser paisagem é preciso ter as condições fundamentais apontadas por Assunto (2013 [1973], p. 341): espaço aberto/exterior, limitado, mas conectado ao infinito. A natureza é infinita, aberta e exterior, porém também é fechada, limitada, e está nos interiores. Assim sendo, a paisagem não é toda a natureza, pois contém a natureza como elemento constitutivo junto com os outros anteriormente mencionados (abertura, exterioridade, limite, ligação com o infinito).

Paisagem é natureza que se torna esteticamente presente no olhar de um contemplador sensível e sentimental. Nem os campos diante da cidade, nem o rio enquanto “fronteira”, “via de comércio” e “problema para construtores de pontes”, nem as serras e as estepes dos pastores e das caravanas (ou dos pesquisadores de petróleo) são ainda enquanto tais “paisagem”. São-no apenas quando o homem se lhes entrega sem um fim prático, em “livre” contemplação fruidora, para se encontrar a si mesmo na natureza. Com esta saída de si a face da natureza muda. O que outrora foi utilizado, ou foi

considerado inútil enquanto terra erma, e o que ao longo de séculos foi ignorado e desprezado, ou o território hostil e desconhecido, tornam-se grandeza, sublime e belo: tornam-se esteticamente na paisagem. (RITTER, 2013 [1963], p. 105).

No âmbito da Filosofia emerge a paisagem não mais como categoria derivada de uma determinada porção territorial, como nos exemplos das derivações etimológicas de *pays* a *payasage*, na língua francesa, *paese* a *pae-saggio*, na língua italiana, *land* e *landschaft* (alemão), *landschap* (holandês) e *landscape* (inglês), que deram um sentido demasiado empirista para o uso do termo na Geografia. A Filosofia colabora com a interpretação da paisagem como uma derivação da Natureza, esta sim enquanto categoria englobante (SERRÃO, 2013).

Viña del Mar, Chile. O espaço aberto, porém limitado, define a paisagem sempre exterior. Mesmo com elementos artificiais, há a convivência entre as esferas do construído e do natural. Mas é este que tem de prevalecer. Em verdade, o natural sempre prevalece mesmo nos locais onde se parece assistir à total artificialização. Entretanto, mesmo que toda uma cidade seja feita de recursos extraídos da natureza, ao caminhar por uma rua ladeada de arranha-céus, que fecham o campo de visão para a linha do horizonte onde Céu e Terra naturalmente se tocam, não se está necessariamente vendo uma paisagem, apenas uma vista urbana. Por outro lado, nas profundezas do oceano não há paisagem, apenas natureza em seu movimento. A paisagem nunca está no interior, mas sempre no contato entre diferentes elementos a partir do exterior, da janela metafísica para o infinito. Foto do autor. Agosto de 2015.

A dimensão natural da vida é reencontro. Reencontro do homem com sua fonte de alimentação concreta e simbólica. Não que isso represente ser a natureza apenas ordem responsável pela vida, pois também há desordem e morte na natureza.

O encontro com a natureza é o encontro com a dualidade vida-morte. Não há ser orgânico imutável para todo o sempre, assim como

os objetos inorgânicos não são cristalizados na eternidade. A configuração atual dos continentes, tal como a vemos no mapa mundo, passou por diversas fases, tanto de acordo com a teoria da tectônica de placas quanto com o que a própria realidade demonstra: sismos, terremotos, maremotos, vulcanismos, enfim, todo o rol de atividades geológicas diretamente associadas com as dinâmicas transformadoras da face e do interior da crosta terrestre.

A paisagem é uma possibilidade de cristalizar/paralisar, momentaneamente, a dinâmica da ordem-desordem natural para provocar a razão diante do sublime inexplicável.

Há uma complexa trama de acontecimentos a ocorrer em cada minúscula fração do tempo que, quando se soma em largas escalas, dão pistas de uma história natural que só pode ser chamada de história pelo fato de que, hoje, o conhecimento humano assim é capaz de racionalizar.

Porém, imensa parte do passado dessa história ainda é desconhecida, assim como imensa parte de seu futuro. Portanto, o que se chama de história natural não é nada mais nada menos do que projeção da razão no decurso do tempo-espaco-natureza, como se o movimento da *physis* fosse intencionalmente motivado para a existência humana (o presente, também desconhecido, da história natural).

Desse modo, o antropomorfismo, antes do antropocentrismo, surge como estratégia para autoproteção contra o desconhecimento e incapacidade de entender a totalidade do mundo.

O antropomorfismo não é necessariamente a forma humana (ou das ações humanas) manifesta nos objetos da natureza, mas, antes de tudo, a relação de projeção dos sentidos humanos no mundo para compreendê-lo. Daí a questão de o juízo estético ser de grande relevância para o entendimento da paisagem.

Dado que o mundo natural não foi projectado para ser um objecto de interesse estético, se o mundo natural deve ser apreciado tal

como é, deve ser reconhecido como tendo sido formado, e por ser continuamente o lugar, de processos físicos, químicos, geológicos, ecológicos, meteorológicos e evolucionistas, todos eles acontecendo de forma *indiferente* do observador. (BUDD, 2013 [2002], p. 315, destaque meu).

Até onde se percebe, a natureza sempre aconteceu independentemente dos olhos dos homens: há independência das suas dinâmicas com relação aos desejos das pessoas. Muito se fala da necessidade de religação com a natureza, como se em algum momento a sociedade tivesse sido capaz de cometer a injúria de intencionalmente dela desconectar-se. A verdade, porém, é que a própria natureza funciona, desde muito antes da humanidade, prescindindo do homem.

Embora ciente da polêmica que tal raciocínio possa levantar, pretendo afirmar o seguinte: a humanidade não se afastou da natureza porque a natureza (a grande natureza) é que verdadeiramente se afasta do homem.

Uma coisa é olhar para a natureza e conferir “antropomorfismos” às suas dinâmicas, projetar a sua história para chegar no grande coroamento: a humanidade. Outra coisa é imaginar a independência da natureza bruta em relação aos desdobramentos das nossas ações. A grande tragédia do mundo contemporâneo é construir a ligação com a natureza através de sua negação. Por sua vez, a natureza não nos nega. Ao mesmo tempo, a natureza também não nos afirma. A natureza flui, indiferentemente.

A natureza flui indiferentemente, e a paisagem é o que emerge na consciência humana e se projeta na superfície da Terra, a fim de superar o desespero que esta indiferença causa.

Porque, na verdade, a Terra não é acolhedora por natureza ou por qualquer dom divino, a Terra não é humana, e a paisagem, meio do homem, é o que vem se deslocar acima dessa indiferença. A paisagem [...] é uma camada de humanidade colocada, para o melhor ou para o pior, sobre uma base anônima. [...] ela é uma condição humana, ou seja, ao mesmo tempo uma condição de possibilidade

e uma expressão de humanidade numa base não humana. (BESSE, 2014, p. 94-95).

É preciso aceitar o anonimato da natureza e de sua potência para conduzir a passageira vida humana. Desesperados ou não, precisamos aceitar o fato de que já somos todos condenados pela doce indiferença da natureza.

Um interessante exercício a fazer: i) pensar na quantidade de pessoas que estão nascendo agora em todos os países do mundo; ii) pensar que, daqui a 150 anos, nenhuma dessas pessoas estará viva; iii) aceitar o fato de que isso não nos habilita a nos tratarmos uns aos outros de maneira indiferente; iv) buscar a plenitude da vida para todos, já que a morte e a putrefação também são, naturalmente, democráticas.

A natureza pode ser anônima e desumana. A humanidade é que não pode ser desumana; seres humanos não podem ser anônimos e indiferentes. Se a paisagem é a camada de humanidade posta sobre um meio natural despersonalizado, que ela sirva para apreciarmos o belo e o sublime, seus sentidos em nossas vidas, e buscarmos boas e justas relações sociais.

3.5 PROBLEMA FILOSÓFICO-GEOGRÁFICO

A paisagem, além de categoria estética, pode ser vista como o reflexo da elaboração dos territórios pela sociedade.

Bertrand e Metaillié (2006) disseram que uma paisagem nasce a cada vez que a subjetividade do olhar se cruza com a materialidade do território. No seio desses possíveis entrecruzamentos, releva-se o fato de que o homem possui a faculdade de emocionar-se diante do espetáculo do mundo (TURRI, 2013); então, a paisagem é uma fonte de ligação emotiva das pessoas com seus lugares e elemento de constituição de afetos e identidades.

A economia funciona em disparate com a paisagem, contra ela, destruindo-a. Muitas vezes, a destruição da paisagem é deliberadamente projetada ao sabor dos prazeres de devastação das máquinas que cavam a terra,

abrem estradas, minas de extração e dos grandes projetos de engenharia para garantir o suposto desenvolvimento econômico.

A destruição da paisagem fundamenta-se no decurso e discurso de sua desvalorização, como se se tratasse de um campo de preocupações dos poetas, dos românticos, da arte decorativa ou qualquer outra coisa que seja equivocadamente considerada supérflua.

Esse tipo de visão também afeta o nicho acadêmico. Já vi geógrafos afirmarem que a paisagem é uma complicação e, por isso, melhor não desenvolver uma pesquisa respaldada teoricamente nesta categoria. Também já ouvi outro discurso: a paisagem vem da arte e nunca terá validade científica. Entre “tudo é paisagem” e, para quem do que importa, “o resto é paisagem”, reafirma-se a profunda necessidade de elucidar os aspectos verdadeiramente importantes de um problema filosófico-geográfico.

A paisagem como problema filosófico levanta a possibilidade de recomposição da unidade do próprio homem, este ser destituído de sentidos na esteira da fragmentação do espaço/tempo de sua vida e da consciência de si.

A paisagem, como dimensão da existência, suscita a apreciação estética do mundo, mas também insere a dimensão ética na reflexão sobre o agir do homem no mundo.

A seguir, apresento uma chave de leitura da paisagem através de requisitos necessários ao seu entendimento enquanto estratégia de ligação do homem com a natureza (e não o contrário) e, posteriormente, volto à discussão sobre a questão ética.

Requisitos paisagísticos

Exterioridade	Não há paisagens em interiores, a não ser em sentido metafórico. Ambientes fechados e/ou opacos não são constituintes paisagísticos: não há paisagem quando se mira o chão ou quando muros e paredes impedem a visada ao longe.
Limite	O limite, no caso, não é necessariamente aquele dado por um objeto opaco que tenha o efeito de moldura (paredes, muros, teto), mas o limite da própria moldura do olhar que alcança o horizonte. Os objetos opacos podem comparecer na zona de alcance da moldura do olhar sem, contudo, impedir a sua continuidade até o horizonte onde Céu e Terra se tocam.
Abertura	A abertura não é a simples ligação com o que está para fora de um ambiente interior. Não se trata de uma simples janela ou porta. É preciso diferenciar vista de paisagem: uma janela pode oferecer a vista para algo, que não será necessariamente a paisagem. A abertura como requisito paisagístico é, além da abertura para o horizonte, aquela que transpõe para o infinito. O contato com o céu, espaço estético que remete para o infinito, é uma condição necessária. É uma abertura metafísica.
Vida humana e conhecimento	Sem a vida humana ou a condição para ela, nenhum dos requisitos anteriores faz sentido, já que não há observação/contemplanção estética. Por isso, em determinados casos, os interiores não são paisagísticos porque não possibilitam a experiência da vida humana: o ambiente aquático não é o ambiente da vida do homem, assim como o subterrâneo ou o aéreo. O conhecimento da paisagem suscita a memória sobre ela e os sentidos atribuídos em algum momento de vivência/experiência no passado ou presente.

Requisitos paisagísticos sob a ótica do espaço

Exterioridade	Não é requisito espacial. O espaço é sempre espaço em interiores ou exteriores. Em um ambiente fechado não há paisagem, mas há espaço. Objetos opacos ou translúcidos não perdem seu conteúdo espacial em função dessas características. No interior do planeta, por exemplo, não há paisagem, mas há espaço.
Limite	O espaço não se enquadra na perspectiva do limite da paisagem. Os limites do espaço são dados do raciocínio lógico para além da percepção. São mensuráveis e imensuráveis. Mensura-se a área de uma propriedade, de uma casa, de uma província, da superfície de todo o planeta ou se reconhece a infinitude do cosmos, sem mensurá-la. Ao espaço cabe a dualidade limitado-ilimitado, sem qualquer problema para sua constituição enquanto espaço.
Abertura	Fechado ou aberto são qualidades inaplicáveis ao espaço. O espaço é uma extensão do micro ao macrocósmico e não há objetos que sirvam de bloqueio à sua razão ontológica: o espaço atravessa qualquer ser. Um observador diante de uma paisagem pode virar-se e deparar-se com um muro de pedras, e ele deixará de ver a paisagem, mas não deixará de ver e/ou deduzir o espaço. Melhor: ele deixou a paisagem, contudo, não deixou espaço. O próprio observador é, também, espaço. O espaço é um ente do qual participamos sendo ele mesmo, assim como quaisquer outros objetos que nele são/estão.

Vida humana e conhecimento	Vive-se no espaço vivendo a paisagem. O espaço geométrico adquire estatuto de espaço geográfico através da sua condição paisagística. O espaço geográfico, para além do geométrico, é aquele compreendido com algum valor de uso para indivíduos e grupos sociais. A valoração só é possibilitada através dos elementos referenciais observados e entendidos como importantes para a vida: uma espécie de inventário paisagístico do contexto da morada, por exemplo.
Requisitos paisagísticos sob a ótica da natureza	
Exterioridade	Assim como no caso do espaço, a exterioridade não é requisito naturalista. Há natureza em ambientes interiores: tanto do ponto de vista daqueles que se fizeram por si, quanto daqueles que foram elaborados por obra humana. Ninguém deixa de respirar porque está dentro de um quarto (a natureza é o próprio ar respirado, além de ser a constituinte dos materiais utilizados para a construção da casa e do próprio indivíduo que nela está) e a mata densa e fechada é natural mesmo que em sua interioridade não seja possível uma experiência paisagística.
Limite	Também como no caso do espaço, a natureza não se enquadra na perspectiva do limite paisagístico, isto é, o limite do olhar, pois o próprio limite do olhar já é, em si, o limite natural de um órgão não artificial, que é o olho humano. Portanto, nos entes bióticos e abióticos os limites de suas formas são dados pela própria natureza sem o desígnio humano.
Abertura	Fechada ou aberta, a natureza também dispensa essas adjetivações. Dependendo do ponto de vista e da dinâmica observada, pode-se pensar na manifestação da natureza através de ciclos ou sistemas. O ciclo hidrológico no planeta, por exemplo, é assim definido porque não há interações para além das camadas superiores da atmosfera. Entretanto, dentro do ciclo há um sistema de interações, pois não há corpo hídrico que não se alimente de águas provenientes de outros corpos hídricos. O fato é que toda a natureza está em constante processo de transformação, e a condição de aberta ou fechada não impede a sua constituição.
Vida humana e conhecimento	Mesmo que pensássemos ter a natureza se organizado para a conclusão da vida humana e, mais além disso, para a existência de uma consciência da vida, tudo o que precedeu a humanidade foi/é natureza, inclusive o será a posteriori à humanidade. Somos a natureza consciente de si, porém, mesmo depois da perda desta consciência com a morte, as dinâmicas de decomposição da matéria orgânica continuarão a fluir e transformar o corpo noutra coisa. No interregno de consciência entre dois estágios de inconsciência – o pré-nascimento e a morte – é que se constitui o ser apreciador estético da natureza, da dimensão paisagística da natureza.

Paisagem na razão do tempo

Tempo como
imagem da
eternidade

O tempo permeia todos os requisitos paisagísticos citados. O tempo da paisagem é um momento na clara definição de síntese entre tempo/espço/natureza. As imagens naturalmente alcançadas pela percepção são mais fugidias do que aquelas arquivadas pelo instrumento da fotografia. O tempo da paisagem é o momento da criação da imagem, da imagem em ação, da imaginação: um vínculo entre percepção, memória e projeção. Esse tempo só é possível através da existência da eternidade, o complemento do infinito. O momento é uma cristalização efêmera da conjunção entre o eterno e o infinito. A paisagem tem essa capacidade mediadora de enlaçar diferentes escalas e soltar o fio de Ariadne para a reflexão sobre o sentido da existência: do tempo, do espaço, da natureza e do observador.

Fonte: ASSUNTO, Rosario (2013) e outras leituras¹². Elaborado pelo autor.

Diferenciar paisagem de espaço e, principalmente, de natureza, é importante para não cair em confusões improdutivas. Espaço e natureza são conteúdos formadores da paisagem, além, é claro, do tempo. No entanto, eles não podem ser sinonimizados porque os conteúdos não são as suas formas e a paisagem é mais do que espaço e natureza porque é a expressão estética destes, na medida que os seus requisitos de exterioridade, abertura, limite, vivência e conhecimento se diferenciam entre si.

Assim, quando alguém define paisagem a partir de um de seus constituintes – a mata (confusão com a natureza biótica), a montanha (confusão com a natureza abiótica) ou a porção que a vista abarca (confusão com extensão espacial) – está equivocado.

No que diz respeito ao debate ético levantado pela questão da paisagem, primeiramente há de considerar-se a sua razão teleológica fundamental: o comprazimento do natural em um contexto de crença na autoridade da técnica. Nos dias de hoje, a ilusão de controle da natureza é encarada como

12 O quadro foi elaborado por meio de uma série de reflexões inspiradas em, praticamente, todas as leituras referenciadas nesse livro, mas Paisagem e Estética, de Rosario Assunto, foi/é crucial. A intenção é esclarecer como os requisitos paisagísticos de Assunto podem ser observados dentro dos conceitos de espaço e natureza. O item referente ao tempo da paisagem também foi inspirado nesse mesmo autor, contudo, com o toque platônico do tempo como imagem da eternidade. Se o tempo é uma imagem da eternidade, então, habilito-me a pensar no espaço como imagem da infinitude. A natureza é a amarração entre essas duas instâncias. E, por fim, a paisagem é o momento da apreciação estética, somente possível com a manifestação de uma vida consciente de sua própria complexidade e do mundo a sua volta. Organizador: o autor, 2017.

verdade, ao mesmo tempo em que a própria sociedade está despreparada para lidar tanto com a imprevisibilidade do fenômeno técnico quanto do fenômeno natural. Isso é um problema a ser superado.

A paisagem põe-se agora como interface entre o fazer e o ver aquilo que se faz, entre o *observar-representar* e o agir, entre o *agir* e o *re-observar*. Segundo a metáfora da paisagem como teatro, compreende-se agora como a relação do homem com o território não diz respeito apenas ou sobretudo à sua parte de actor, isto é, ao seu agir, transformar a natureza ou o ambiente herdado, mas também, e mesmo sobretudo, ao seu fazer-se espectador. De facto apenas enquanto espectador ele pode encontrar a medida do seu agir, do seu recitar, do seu ser actor que transforma e activa novos cenários: isto é o *reflexo de si*, a *consciência do próprio agir*.

[...] Não é um acaso que as paisagens mais belas, esteticamente mais celebradas, que melhor exprimem uma harmonização entre obra humana e formas naturais, sejam aquelas em que o homem se atribui uma função importante como espectador, em que se preocupa com o resultado visual da sua acção [...]. (TURRI, 2013 [1995], p. 174-175, destaques meus).

Em Eugênio Turri, a metáfora da paisagem como teatro é algo que suscita um importante debate, principalmente no campo do ensino de Geografia. O teatro é a arte que reflete a vida e também a paisagem. Pensar a paisagem como um produto da ação de agentes ou atores sociais e, além disso, enquanto uma experiência que deve ser observada para nortear a ação é condição necessária para que a organização territorial seja coerente ao bem-estar de todas as pessoas que vivem em determinado lugar e possuem o direito às paisagens visualmente belas.

A paisagem como dimensão da existência releva o debate sobre seus sentidos políticos porque ela é um recurso para a reprodução da vida em amplo sentido. Que isso não seja comparado ao discurso do ecologicamente correto, tão amplamente incorporado por setores que são tudo, menos

ecologicamente corretos. A questão é profunda e demanda a construção de conhecimentos para contestar o atual estágio de degradação das paisagens por conta de práticas que são contrárias a ela.

Se aceita-se a premissa de que a paisagem é um recurso para a vida, então afirma-se a existência de um direito que não pode ser negado às pessoas: o direito à beleza, à harmonia entre elementos naturais e construídos, à contemplação prazerosa, ao deleite e, inclusive, ao desconforto do sublime. Tudo isso parece ser muito subjetivo, mas existem razões práticas para tratar dessa questão enquanto problema social.

Ao direito ao prazer, acopla-se o direito à educação para ter consciência dos significados do juízo estético e de como ele é uma chave interpretativa das dinâmicas territoriais. As dinâmicas territoriais são dadas por diversas formas de uso dos recursos da natureza, de acordo com interesses econômicos e políticos específicos a cada grupo social. A estética paisagística e o julgamento da paisagem são possibilidades de questionar o modo como a sociedade atua no território e como isso se reflete nas próprias condições de vida das pessoas que estão nele.

É certo que a interpretação paisagística da realidade não é qualquer coisa presente na mentalidade de boa parte das pessoas: ao agricultor, por exemplo, talvez pouco lhe interesse saber se a paisagem é bonita, porque o que realmente lhe preocupa é saber se a terra é fértil para o cultivo. Nesse caso, o que importa é o objeto “terra” e não a sua subjetivação em paisagem. Porém, independentemente dessas situações, é preciso encontrar um modo de trabalhar com todas as pessoas a ideia de que a estética das paisagens onde vivem representa o jogo de forças que determina suas vidas, tanto do ponto de vista da natureza quanto da própria economia.

A paisagem deve suscitar no espectador a consciência dos problemas e das virtudes dos lugares (dimensão espacial) onde vive. Em caso de problemas, a paisagem despertará o desconforto dos sentidos: poluições

várias, visual desagradável, desafeto, desejo de abandono. Do contrário, emergem o prazer, a relação de identidade e os afetos. Assim, a paisagem se torna ponto de partida para contestar melhores futuros ou manter o que já existe de bom.